



Intermédica Sistema de Saúde S.A.

CNPJ nº 44.649.812/0001-38

ANS nº 359017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em conformidade com as Normas Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as, as Demonstrações Financeiras da Intermédica Sistema de Saúde S.A., relativas aos exercícios de 2014 e 2013 de acordo com a Legislação vigente.

Agradecemos aos nossos Clientes, Associados, Fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositado em nossa administração, e aos nossos Colaboradores pelo indispensável comprometimento,

empenho e dedicação demonstrados para a obtenção destes resultados.

São Paulo, 30 de março de 2015

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

Notas	2014	31/12/2013	01/01/2013	Notas	2014	31/12/2013	01/01/2013
Ativo				Passivo			
Ativo Circulante	386.650	298.956	332.771	Passivo Circulante	409.974	346.036	363.198
Disponível	7.642	977	6.179	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	279.212	245.083	263.699
Realizável	379.008	287.979	326.592	Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG	14c	64.763	58.429
Aplicações financeiras	5	178.913	133.981	14a	19	41	113
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	106.974	124.327	93.148	Provisão de eventos a liquidar para SUS	14a	58.299	42.698
Aplicações não vinculadas a provisões técnicas	71.939	11.654	66.323	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	14a	111.044	99.742
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	77.837	104.802	111.044	99.742	146.179	146.179
Contraprestações pecuniárias a receber de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de Saúde da Operadora	6	24.355	16.818	Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	14b	45.087	44.173
Despesas diferidas	7	3.983	-	Débitos de operações de assistência à saúde	100	401	542
Créditos tributários e previdenciários	8	52.587	5.063	100	401	542	542
Bens e títulos a receber	9	40.207	24.078	Comercialização sobre operações de assistência à saúde	100	401	542
Despesas antecipadas	10	1.126	1.237	Provisões para tributos diferidos	26	-	-
Ativo Não Circulante	649.633	353.652	310.894	42.869	34.044	30.713	30.713
Realizável a longo prazo	472.716	155.380	115.107	15	42.869	34.044	28.039
Créditos tributários e previdenciários	8b	335.875	43.871	15	42.869	34.044	28.039
Depósitos judiciais e fiscais	17b	128.388	105.927	16	87.767	63.721	67.450
Outros créditos a receber a longo prazo	11	6.453	5.577	16	87.767	63.721	67.450
Imobilizado	12	154.087	172.755	19	105.000	84.845	78.069
Imóveis de uso próprio	29.124	27.831	25.303	17	92.487	84.845	78.069
Imóveis de uso próprio - hospitalares	29.124	27.831	25.303	17	92.487	84.845	78.069
Imobilização de uso próprio	11	44.472	47.425	18	24.448	11.176	6.492
Hospitalares	21.807	22.789	28.665	18	24.448	11.176	6.492
Não hospitalares	22.665	24.636	22.065	19f	3.378	5.489	5.600
Outras imobilizações	80.491	97.499	91.988	19g	38.023	38.023	38.023
Intangível	13	22.830	25.517	27.766	19g	38.023	38.023
				19g	38.023	38.023	38.023
Total do Ativo	1.036.283	642.608	643.665	Total do Passivo	1.036.283	642.608	643.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

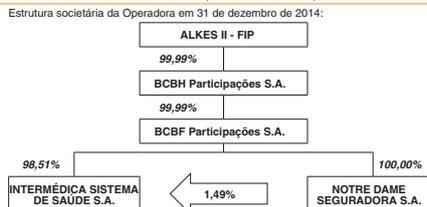
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

Notas	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total
	142.482	5.600	16.394	22.764	-	187.240
Saldos em 31 de Dezembro de 2012						
Reserva de reavaliação	-	(168)	-	-	168	-
Realização:						
Por depreciação	-	57	-	-	(57)	-
Provisão sobre tributos da reavaliação	-	-	-	-	50.205	50.205
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva legal	-	-	2.510	-	(2.510)	-
Constituição de reservas	-	-	-	22.970	(22.970)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(22.764)	(17.236)	(40.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(7.600)	(7.600)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	142.482	5.489	18.904	22.970	189.845	378.270
Aumento de capital por incorporação	19a	263.211	-	-	-	263.211
Reserva de capital	19b	-	38.023	-	-	38.023
Reserva de reavaliação	19f	-	-	-	-	-
Realização:						
Por depreciação	-	(168)	-	-	168	-
Provisão sobre tributos da reavaliação	-	57	-	-	(57)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	29.254	29.254
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva legal	-	-	1.463	-	(1.463)	-
Constituição de reservas	-	-	-	21.522	(21.522)	-
Dividendos distribuídos	19e	-	-	(27.580)	(6.380)	(27.580)
Juros sobre capital próprio	19d	-	-	-	(6.380)	(6.380)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	405.699	5.378	38.023	20.367	16.912	486.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Intermédica Sistema de Saúde S.A. controlada pelo Grupo Notre Dame Intermédica ("Operadora") com sede em São Paulo à Avenida Paulista, nº 867 - Bela Vista, Estado de São Paulo, tem por objetivo a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de unidades e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou particulares. Os controladores do Grupo Notre Dame Intermédica, firmaram acordo de venda do controle acionário das Operadoras e Holdings do Grupo à Bain Capital Brazil Participações Ltda., sociedade empresária limitada cujo objeto social entre outros, é a participação em outras sociedades, sendo controlada pela BCBF Participações S.A. A mudança do controle acionário foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de maio de 2014. A referida alteração foi submetida à apreciação da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em 22 de abril de 2014 e aprovada em 18 de junho de 2014, conforme Ofício nº 298/2014. Pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE foi aprovado e publicado no Diário Oficial da União em 28 de abril de 2014, conforme ato de concentração nº 463. Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de novembro de 2014, a Bain Capital Brazil Participações Ltda., BCBF Participações S.A. deliberou nos termos do Protocolo de Cisão e Justificação de 26 de novembro de 2014, a incorporação de parte do acervo líquido da empresa Bain Capital Brazil Participações Ltda., pela empresa Intermédica Sistema de Saúde S.A. O acervo líquido incorporado ao capital da Intermédica Sistema de Saúde S.A. foi de R\$263.217,7 equivalentes a 194.975.396 ações. Após a incorporação a BCBF Participações S.A. passou a deter a participação societária de 98,8% do capital da Intermédica Sistema de Saúde S.A. Em decorrência da incorporação de parte deste acervo líquido, a Intermédica Sistema de Saúde S.A., absorveu ativos e passivos da Bain Capital Brazil Participações Ltda., conforme laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis emitidos em 25 de novembro de 2014. Dentre os ativos do mencionado acervo, a Operadora recebeu créditos fiscais, no montante de R\$278.616 pela transação de compra e venda, em virtude do ágio apurado com base no valor pago. O referido crédito fiscal está classificado em conta de impostos diferidos no ativo circulante e ativo não circulante com base estimativa de lucros futuros apurados conforme laudo de avaliação realizado por empresa independente sendo que a amortização será no prazo de 10 anos. A parte do Acervo Líquido da empresa Bain Capital Brazil Participações Ltda., incorporado pela Operadora, teve a seguinte composição:
Bain Capital Brazil Participações Ltda.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS, de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 290 de 27 de fevereiro de 2012 e alterações propostas pelas Resoluções Normativas nº 114 de 28 de novembro de 2012, nº 322 de 29 de março de 2013 e nº 344 de 20 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 30 de março de 2015.

b) Comparabilidade
As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2013, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos e das normas emitidas pela ANS. Certos saldos das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram objeto de reclassificação para fins de comparabilidade com as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (vide detalhes na nota explicativa 2c).

c) Reapresentação dos saldos de exercícios anteriores
As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 estão sendo reapresentadas para melhor comparabilidade, conforme disposto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erros, em virtude da abertura de contas a receber em créditos de operações com planos de assistência à saúde e créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, depósitos judiciais do SUS - transferência do curto para o longo prazo e imóveis de uso próprio - e alocação em categoria não hospitalar.

	2013	2014
Ativo		
Realizável	322.892	(34.903)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	121.620	(16.818)
Créditos de operações de assistência não relacionados com planos de saúde da Operadora	-	16.818
Bens e títulos a receber	58.981	(34.903)
Ativo Não Circulante	318.749	34.903
Realizável a longo prazo	120.477	34.903
Depósitos judiciais e fiscais	71.024	34.903
Imóveis de uso próprio	27.831	(418)
Imóveis de uso próprio - hospitalares	27.831	(418)
Imóveis de uso próprio - não hospitalares	-	418
Total do Ativo	642.608	642.608
Passivo		
Passivo Circulante	346.036	346.036
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	245.083	245.083
Provisão de eventos a liquidar para SUS	42.698	42.698
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	142.440	(42.698)
Total do Passivo	642.608	642.608
d) Base de mensuração		
A preparação das demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:		
• Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado; e		
• Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Notas	2014	2013
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	1.673.338	1.595.262
Receitas com operações de assistência à saúde	20	1.719.322
Contraprestações líquidas	1.719.322	1.652.095
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde da Operadora	-	35
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	-	(46.019)
Eventos Indemnitzáveis Líquidos	21	(1.333.925)
Eventos concretizados ou avisados	(1.333.012)	(1.270.945)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(913)	783
Resultados das Operações com Planos de Assistência à Saúde	339.413	325.100
Receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	22	136.583
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	136.583	140.793
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(9.786)	(9.112)
Outras despesas de operações de Planos de assistência à saúde	22	(72.741)
Outras despesas de operações de Planos de assistência à saúde	-	(65.348)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	-	(7.699)
Provisão para perdas sobre créditos Despesas financeiras	-	(24.641)
Resultado Bruto	24	368.828
Resultados da Comercialização	23	(71.346)
Despesas Administrativas	24	(275.307)
Resultado Financeiro Líquido	25	21.719
Receitas financeiras	37.759	22.881
Despesas financeiras	(16.040)	(12.066)
Resultado Patrimonial	1	1.895
Receitas patrimoniais	-	2.792
Despesas patrimoniais	-	(897)
Resultado antes dos Impostos	26	43.895
Imposto de renda	26	(13.025)
Contribuição social	26	(5.009)
Impostos diferidos	26	3.393
Resultado Líquido	29.254	50.205
Quantidade de ações	322.259,673	127.284,277
Lucro Líquido por Ação - RS	0,09	0,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro Líquido do Exercício	29.254	50.205
Outros resultados abrangentes	132.447	132.300
Resultado Abrangente do Exercício	263.699	182.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Atividades Operacionais		
Recebimentos de plano de saúde	1.788.700	1.705.148
Resgates de aplicações financeiras	799.247	677.472
Recebimento de juros de aplicações financeiras	17.654	12.794
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(1.155.843)	(1.149.489)
Pagamento de comissões	(63.859)	(56.914)
Pagamento de pessoal	(298.848)	(286.257)
Pagamento de pró-labore	(12.311)	(8.669)
Pagamento de serviços de terceiros	(105.868)	(82.263)
Pagamento de tributos	(127.902)	(147.089)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(28.663)	(27.811)
Pagamento de aluguel	(35.876)	(36.593)
Pagamento de promoção/publicidade	(2.089)	(2.876)
Aplicações financeiras	(826.077)	(643.014)
Outros recebimentos operacionais	132.447	132.300
Outros pagamentos operacionais	(36.330)	(27.530)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	51.182	57.317
Atividades de Investimento		
Recebimento na venda de ativo imobilizado - outros	18.429	-
Pagamento de aquisição de imobilizado - hospitalar	-	(18.342)
Pagamento de aquisição de imobilizado - outros	(20.501)	(4.177)
Pagamentos relativos ao intangível	(885)	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(2.957)	(22.519)
Atividades de Financiamento		
Pagamentos das atividades de financiamento (juros sobre o capital próprio e dividendos)	(41.560)	(40.000)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(41.560)	(40.000)
Variação Líquida do Caixa	6.665	(5.202)
CAIXA - Saldo inicial	977	6.179
CAIXA - Saldo final	7.642	977
Lucros livres no início do exercício	12.631	72.502
Ativos livres no final do exercício	79.581	12.631
Aumento (Diminuição) nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres	66.950	(59.871)
Lucro líquido do exercício	29.254	50.205
• Ativos financeiros classificados como valor justo	20.647	20.582
Aumento (redução) dos ativos	44.095	(6.617)
Aumento (redução) dos passivos		



Intermédica Sistema de Saúde S.A.

CNPJ nº 44.649.812/0001-38

ANS nº 359017

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Operadora, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Operadora.

Alterações à IFRS 11 - Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Sociárias

As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitui um negócio, e os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também deixam claro que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remunerada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. Não se espera que essas alterações tenham impacto sobre a Operadora. A Operadora pretende adotar as normas aplicáveis quando as mesmas entrarem em vigor. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no patrimônio líquido ou no resultado da Operadora.

Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 de que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte) e não o modelo de benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto para a Operadora, uma vez que a Operadora não utiliza um método baseado na receita para depreciar ativos não circulantes.

Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas

As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizar um investimento em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando as IFRS e optem por passar a adotar o método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Entidades que elaborem demonstrações financeiras separadas e não estejam aplicando as IFRS e optem por adotar o método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas deverão aplicar esse método a partir da data de transição às IFRS. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil. Essas alterações não terão impacto sobre as demonstrações financeiras da Operadora.

IFRS 15 - Recitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo consistente de cinco passos que será aplicado a contratos com clientes. Os clientes são os clientes da IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação a qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente.

Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que comecem em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil.

A Operadora está avaliando o impacto da IFRS 15. A Operadora pretende adotar as normas aplicáveis quando as mesmas entrarem em vigor. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no patrimônio líquido ou no resultado da Operadora.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) **Disponível**

O saldo de caixa e bancos inclui numerário em caixa, saldos em banco e conta movimento.

b) **Instrumentos financeiros**

Definição

É qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos em valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem os riscos nem os benefícios de propriedade do instrumento, a mesma não realiza operações administração da operadora a fim de assegurar sua manutenção no ativo. Há baixa dos passivos financeiros somente quando as respectivas obrigações da operadora são extintas e canceladas ou quando paga. A diferença entre o valor contábil do ativo ou passivo financeiro e o valor justo no resultado é reconhecida no resultado. Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação e não são designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a administração em conjunto e possui um padrão recente de obtenção de lucros em curto prazo; e
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou prejuízos resultantes são reconhecidos no resultado líquido dos ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluído na rubrica "Resultado financeiro", na demonstração do resultado do período.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a operadora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não foram classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no resultado líquido dos ganhos e perdas líquidos dos efeitos tributários sobre o ganho ou prejuízo realizado. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado e os juros são transferidos para o resultado.

iv. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

v. Determinação do valor justo

Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros esperados desse ativo.

Ajuste à valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes. Na data do balanço não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação dessa prática contábil.

Provisão para perdas sobre créditos

A provisão para perdas sobre créditos é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos é utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa nº 290/2012 da ANS.

f) **Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo, acrescido do ajuste resultante de reavaliação dos imóveis até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a Operadora realizou a manutenção na reserva de reavaliação a data de sua efetiva realização. As depreciações são calculadas pelo método linear, levando em consideração a expectativa da vida útil e econômica dos bens.

g) **Intangível**

Intangível é representado principalmente por agio pago nas aquisições de investimentos (participações em controladas) já incorporadas e gastos com desenvolvimento de sistemas. A amortização do agio foi efetuada até 31 de dezembro de 2008, pela taxa mencionada na nota explicativa nº 13. A partir do exercício de 2009, a amortização contábil do agio referente à reabilitação das empresas adquiridas fundamentada na geração de lucros futuros não é mais permitida, passando a avaliação do saldo a ser feita pelo teste de recuperabilidade (impairment). Os demais intangíveis com vida útil econômica são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13.

h) **Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**

É efetuada a análise do valor da recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (impairment), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação.

Dentro desse contexto, o imobilizado, o intangível e outros ativos não financeiros foram revisados para identificar evidências de perdas e não recuperáveis. A Administração da operadora considera desnecessária a contabilização de provisão para perda de seus ativos não financeiros.

i) **Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, sendo calculada com base em nota técnica emitida e aprovada pelo Conselho de Administração em reunião de 2014. A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço.

As provisões técnicas de operações de assistência à saúde suplementar - ANS - de acordo com a Portaria de Resolução nº 428/GM de 2012 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS até 31 de dezembro de 2012. Até aquela data, a conta de "Prêmios a receber - faturamento antecipado" era classificada como receita refinanciada do ativo. Em 2013, a ANS criou a PPCNG e o saldo passou a ser registrado no passivo.

j) **Despesas de comercialização diferidas**

Os agenciamentos são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das contratações e são refletidos no saldo da conta "Despesas diferidas".

O Certificado de Depósito Bancário - CDB, é constituído com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a Resolução Normativa nº 274 de 20 de outubro de 2011, da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

k) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões judiciais são reconhecidas em valor justo por meio do resultado observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

decorrentes dos negócios da são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes para garantir a sustentabilidade da Administração.

Risco de crédito

Um dos riscos de crédito advém da possibilidade de não receber valores decorrentes das contraprestações vendidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Por meio de recursos internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos é utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa nº 290/2012 da ANS e o Manual de Gestão de Riscos da Operadora.

Outro risco de crédito refere-se ao risco de um contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Operadora a incorrer em perdas financeiras. A Operadora adota a política de aplicação em títulos exclusivamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs emitidos sempre por bancos de primeira linha (bancos com rating nacional de longo prazo AAA, conforme classificação pela Agência Fitch, com liquidez imediata, em operações compromissadas lastreadas em debêntures, emitidas por empresas de Leasing controladas por bancos de primeira linha, com garantia de recompra pelo Banco controlador, em fundo de renda fixa do Itaú BBA (Investment Grade Renda Fixa Crédito Privado) composto exclusivamente por papéis de instituições financeiras de primeira linha e/ou papéis públicos, bem como em aplicações diretamente em títulos públicos, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites pré-definidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a Resolução Normativa nº 274 de 20 de outubro de 2011, da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

Genciamento do risco de liquidez

As aplicações financeiras

Liquidez	Títulos	2014		2013	
		Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Imediata	Certificado de Depósitos Bancários - CDBs - Debêntures compromissadas, Fundos de Renda Fixa e Outros	79.495	44%	46.238	34%
De 31 a 120 dias	Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b)	28.607	16%	-	-
De 241 a 360 dias	Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b)	19.414	11%	17.988	1%
Acima de 361 dias	Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b)	51.397	29%	87.755	65%
		178.913	100%	135.981	100%

Casamento dos ativos e passivos (ALM)

A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (Assets and Liabilities) para o casamento dos ativos e passivos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descausamentos. Para isso a Operadora realiza análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.



Intermédica Sistema de Saúde S.A.

CNPJ nº 44.649.812/0001-38

ANS nº 359017

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

(Preenchido com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Participação e Outras Recuperações)

Planos Individuais/familiares antes da Lei: 4111101	Consulta				Outros		Total
	Médica	Exames	Terapias	Internações	Atendimentos	Despesas	
Rede Própria	1.950	872	121	12.518	2.219	17.680	
Rede Contratada	3.542	5.395	511	494	511	441	23.313
Total	5.492	6.267	632	13.012	2.730	441	28.574
Planos Individuais/familiares Pós Lei: 4111102	7.251	1.528	112	21.410	5.768	-	36.069
Rede Própria	9.183	8.659	1.458	862	1.949	1.202	23.113
Rede Contratada	16.434	10.187	1.570	22.372	7.717	1.202	59.482
Total	25.685	19.847	2.630	43.782	13.767	2.404	85.601
Planos Coletivos Empresariais antes da lei: 4111105	6.463	1.772	634	21.875	6.945	-	37.689
Rede Própria	5.655	9.799	1.331	8.299	2.818	402	23.934
Rede Contratada	12.118	11.571	1.965	30.174	9.763	402	65.993
Total	18.581	21.370	3.296	32.073	12.581	804	89.627
Planos Coletivos Empresariais Pós lei: 4111106	86.286	32.597	3.220	250.363	135.369	-	507.855
Rede Própria	164.197	170.388	23.325	190.222	104.315	6.815	659.242
Rede Contratada	250.483	202.965	26.545	440.605	239.684	6.815	1.167.097
Total	414.680	373.353	49.870	630.827	344.000	13.630	1.826.339
TOTAL GERAL	284.527	230.990	30.712	506.163	259.894	8.860	1.333.926
FEONA	-	-	-	-	-	-	914
SUS	-	-	-	-	-	-	11.856
Eventos Indenizáveis Líquidos	284.527	230.990	30.712	506.163	259.894	8.860	1.333.926

b) Movimentação dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido):

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2014	2013	2014	2013
Saldo no início do exercício	32.264	11.612	43.876	
Constituições	205.438	73.958	279.396	
Saldo no final do exercício	237.702	85.570	323.272	

27. PARTES RELACIONADAS

Os saldos ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas são os seguintes:

	2014		2013	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Nota Dame Seguradora S.A.:				
Títulos e créditos a receber - outros créditos	1.585	-	1.535	-
Débitos diversos - fornecedores	(439)	-	(951)	-
Contraprestações líquidas	-	7.433	-	5.863
Despesas com aluguéis	-	(5.155)	-	(4.897)
Despesas com seguros saúde	-	(1.345)	-	(1.309)
Receita outras	-	24	-	-
Despesas com JCP e dividendos	-	(1.279)	-	-
Receita de locação	-	198	-	-
Interodonto - Sistema de Saúde Odontológica Ltda.				
Títulos e créditos a receber - outros créditos	37	-	37	-
Débitos diversos - fornecedores	(74)	-	(101)	-
Contraprestações líquidas	-	345	-	94
Receita de locação	-	-	-	94
Despesas com planos de assistência odontológica	-	(7.437)	-	-
Bain Capital Partners LLC				
Prestação de serviços de consultoria	-	(1.964)	-	-

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

(a) **Receitas operacionais de assistência não relacionadas com planos de saúde da Operadora**

	2014	2013
Receita com prestação de serviços	128.655	140.793
Outras receitas não relacionadas a planos de saúde	8.118	-
Total	136.583	140.793

(b) **Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora**

	2014	2013
Outras despesas de operações com assistência à saúde	(65.348)	(59.464)
(-) Recuperação de outras despesas com assistência à saúde	306	489
(+) Provisão para perdas sobre créditos	(7.699)	(3.957)
Total	(72.741)	(65.018)

23. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

	2014	2013
Remuneração - pessoal próprio	(2.688)	(1.841)
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(631)	-
Comissão e agenciamento	(68.027)	(63.779)
Total	(71.346)	(65.620)

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2014	2013
Pessoal	139.350	128.173
Serviços de terceiros	(6.390)	(7.600)
Localização e funcionamento	34.383	31.775
Tributos	3.598	3.491
Publicidade e propaganda	2.511	3.928
Outros	25.781	28.493
Total	275.307	230.969

25. RESULTADO FINANCEIRO

	2014	2013
Receitas com aplicações financeiras	17.654	12.794
Atualização monetária de depósitos judiciais	7.317	-
Variações monetárias ativas	4.499	-
Juros recebidos	6.280	-
Outros	37.559	22.891
Descontos concedidos	(639)	(2.877)
Encargos sobre tributos	(7.562)	(3.250)
Outras	(8.629)	(6.379)
Total	(16.040)	(12.806)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

a) A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:

	2014	2013
Resultado antes dos impostos	43.895	74.109
Juros sobre capital próprio	(6.390)	(7.600)
Lucro antes dos impostos e após JCP	37.515	66.509
Adições/Exclusões permanentes	8.327	(209)
Adições/Exclusões temporárias:	9.811	11.605
Contingências	7.642	6.775
Provisão de risco sobre crédito	7.698	(3.957)
Provisão sobre eventos do SUS	15.601	10.601
Atualização monetária depósitos judiciais	(19.216)	-
Crédito fiscal de ação apurada na incorporação	(11.676)	(11.676)
Outras adições	9.762	(1.814)
Lucro real/Base de cálculo da CSLL	55.653	77.905
Alíquotas:		
Imposto de renda alíquota 15%	(8.348)	(11.685)
Imposto de renda alíquota adicional 10%	(5.541)	(7.767)
Contribuição social alíquota 9%	-	(5.009)
Programa de Alimentação do Trabalhador	334	467
Patrocínios	531	969
Tributos correntes	(13.024)	(18.575)
Tributos diferidos	2.495	1.362
Constituição de créditos tributários de adição temporária	5.414	1.362
Amortização ágio Bain Capital	(2.919)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(14.640)	(23.904)

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Operadora não possui posições ativas ou passivas decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

29. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

A Operadora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada Valores
Edifícios, instalações, maquinismos, móveis e utensílios, estoque	Incêndio, ralo, explosão, queda de aeronave, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, PD equipamentos móveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoronamento, equipamentos eletrônicos, objetos contábeis (território nacional), roubo de medicamentos.	530.513
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros	25.000 + aplicação de excesso de 25.000
Responsabilidade Civil	Responsabilidade civil operações	8.000
Frota de Veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais, equipamentos móveis.	100% Tabela FIPE por veículo
Funcionários	Seguro de Vida em Grupo	Variável conforme faixa salarial e limite máximo

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Medida provisória 627/13 convertida em Lei**
 A Administração efetuou uma avaliação das disposições contidas na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 (antiga "MP 627/13"), embora a Lei nº 12.973/14 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não efetuou a opção pela adoção antecipada.
 De acordo com as análises da Administração, não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 decorrentes da Lei nº 12.973/14.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) A Operadora no 1º trimestre de 2015, transferiu a sede da Rua Augusta, 1.029 - Consolação - São Paulo para a Avenida Paulista, 867 - Bela Vista - São Paulo e atualizou a aplicação de seguro patrimonial.
 b) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2015, devidamente registrada na Jucesp, a Operadora Intermédica Sistema de Saúde S.A. alterou sua razão social para Nota Dame Intermédica Saúde S.A.
 c) A Administração contratou durante o 1º trimestre de 2015, empresa especializada para emissão de laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Nota Dame Seguradora S.A., para avaliação dos acionistas, uma vez que a mesma será incorporada pela Nota Dame Intermédica Saúde S.A. (anteriormente denominada por "Intermédica Sistema de Saúde S.A."), após cumprido todos os requisitos regulatórios.
 d) A Operadora obteve autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em 3 março de 2015 para desvinculação de imóveis por excesso de ativos garantidores das provisões técnicas nos termos da Resolução Normativa 227/2010 e assim cumprir obrigações contratuais provisionadas na conta outras obrigações descritas na nota explicativa 16.

A DIRETORIA Atuarial: Antônio Carlos Batalha Ribeiro, Miba - 463 **CONTADOR: Aparecida Meira dos Santos - CRC 1SP 167062/O-3**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas da Intermédica Sistema de Saúde S.A. São Paulo - SP
 Examinamos as demonstrações financeiras da Intermédica Sistema de Saúde S.A. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
 A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Operadora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Operadora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
 Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Intermédica Sistema de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
Ênfases
 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, c, as informações correspondentes ao

balanço patrimonial foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, pelas razões mencionadas na referida Nota Explicativa nº 2 c e, portanto, estão sendo representados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
 Conforme descrito na nota explicativa nº 8, a Operadora registrou créditos tributários diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social no valor total R\$322.439 mil, com base em estudo de projeção de lucros tributários futuros aprovado pela Administração da Operadora. A realização desses créditos tributários diferidos ativos no período estimado depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios aprovados pela Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 30 de março de 2015

EY Building a better world together
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
 CRC-25P015199/O-6
 Gregory Gobetti
 Contador CRC-1PR039144/O-8

Leandro Galktyz Uzi de Oliveira
 Contador CRC-1SP232769/O-1

Com novo formato e ainda mais vantagens

Publicar seu balanço no DCI é assim:

- Formato Berliner (igual ao Diário Oficial)
- Conteúdo com qualidade e credibilidade
- Um dos líderes em publicidade legal
- Melhor negociação
- Acesso às publicações do dia no DCI On-line

www.dci.com.br
 /jornaldci
 @jornaldci

Fale com o DCI:
5095-5300



DCI na web: www.dci.com.br